

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

POLIANA ELIZABETE TEIXEIRA SIMPLÍCIO

**A EVOLUÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS NAS REGIÕES NORTE,
NORDESTE E CENTRO-OESTE DO BRASIL NOS PERÍODOS DE 2006 A 2016.**

**Trabalho de conclusão de curso
Artigo Científico**

**Cacoal – RO
2017**

POLIANA ELIZABETE TEIXEIRA SIMPLÍCIO

**A EVOLUÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS NAS REGIÕES NORTE,
NORDESTE E CENTRO-OESTE DO BRASIL NOS PERÍODOS DE 2006 A 2016.**

**Artigo Científico apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Câmpus*
Prof. Francisco Gonçalves Quiles como requisito para
obtenção de grau de bacharel em Ciências Contábeis
sob orientação da Prof^a. Maria Bernadete Junkes, PhD.**

**Cacoal – RO
2017**

S612e Simplício, Poliana Elizabete.

A evolução dos Fundos Constitucionais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil nos períodos de 2006 a 2016 / Poliana Elizabete Simplício. -- Cacoal, RO, 2017.

36 f. : il.

Orientador(a): Prof. PhD Maria Bernadete Junkes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Fundos Constitucionais de Financiamentos. 2. Programas de
Financiamentos. 3. Desenvolvimento Regional. I. Junkes, Maria Bernadete. II.
Título.

CDU 657:332.14

POLIANA ELIZABETE TEIXEIRA SIMPLÍCIO

**A EVOLUÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS NAS REGIÕES NORTE,
NORDESTE E CENTRO-OESTE DO BRASIL NOS PERÍODOS DE 2006 A 2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus*
Prof. Francisco Gonçalves Quiles, departamento de
Ciências Contábeis como parte das exigências para
obtenção do Título de bacharel em Ciências
Contábeis.

Professora Orientadora: Prof^ª. Maria Bernadete Junkes,
PhD.

APROVADA em..... de..... de

Profa. Maria Bernadete Junkes PhD.
Orientadora

Profa. Dr^ª. Estela Pitwak Rossoni.
Membro

Prof. Ms. Rogerio Simão
Membro

**Cacoal – RO
2017**

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus que me conduziu e iluminou meu caminho durante essa caminhada, se consegui chegar até aqui foi porque ele me sustentou.

A minha família, pelo incentivo, e apoio principalmente nos momentos de dificuldade.

A minha Orientadora Prof.^a Maria Bernadete Junkes, PhD pela paciência e ajuda.

Aos meus amigos Gabriela, Poliana e Osiel pela força.

A EVOLUÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE DO BRASIL NOS PERÍODOS DE 2006 A 2016.

Poliana Elizabete Teixeira Simplicio¹

RESUMO: Os Fundos Constitucionais de Financiamentos do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste são programas governamentais, cujas funções são promover o desenvolvimento nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, e diminuir as desigualdades sociais e regionais. O objetivo geral do estudo foi demonstrar, de forma análoga, a evolução desses Fundos Constitucionais de Financiamento do Brasil nos períodos entre 2006 a 2016. A metodologia utilizada foi de natureza aplicada, incluindo pesquisa exploratória e bibliográfica devido à busca de levantamento de informações fundamentando-se em relatórios do Banco do Nordeste S.A., Banco da Amazônia S.A., e Banco do Brasil S.A. Destaca-se nos resultados que no período de 2006 a 2016 das regiões estudadas, a que mais se desenvolveu foi a Região Nordeste, aumentou seu PIB em 0,8% até o ano de 2014. Também se identificou que essa mesma região é a que mais recebe recursos. Isso se deve ao fato que o Governo Federal disponibiliza 1,8% dos recursos para ela enquanto a Região Norte recebe 0,6% e Centro-Oeste 0,6%. Já no ano de 2016 a Região Nordeste ficou com R\$ 14.100 milhões enquanto a Região Norte ficou com R\$ 3.380 milhões e a Região Centro-Oeste com R\$ 5.795,8 milhões. Identificou-se que os setores da economia mais beneficiados foram de uma forma geral, nas três regiões nos anos estudados, sendo em primeiro lugar a Agricultura Familiar, seguido do setor Rural, Indústria e Comércio e setor de Serviços.

Palavras-Chaves: Fundos Constitucionais de Financiamentos. Programas de Financiamentos. Desenvolvimento Regional.

1 INTRODUÇÃO

Os Fundos Constitucionais investem nos produtores rurais, empresas individuais, empreendedores individuais, associações e cooperativas de produção, que tenham o desejo de mudança, aumento de renda e que desenvolvam atividades produtivas nos diversos setores da economia desde o agropecuário ao de infraestrutura. Para tanto, recebem diretrizes e instruções gerais do Ministério de Integração, aplicando as normas de operacionalizar esses programas direcionando os recursos para aplicações nos bancos responsáveis (SEFRI, 2012).

A criação dos Fundos Constitucionais de Financiamentos no ano de 1989 por meio da lei 7.827 propiciou às regiões menos favorecidas como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, uma melhoria da distribuição de renda e, conseqüentemente, a redução das desigualdades sociais e locais de cada região.

A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, ao regulamentar o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), com o

¹Acadêmica concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) campus prof. Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob orientação da professora Maria Bernadete Junkes PhD.

objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos (BRASIL, 2016).

Para a região Nordeste, até meados de 2008, o montante de 51% dos recursos destinados para a região, foi para o setor Rural. O setor industrial ficou com 23,1%; a agroindústria 3,5%, o turismo 1,7%, comércios e serviços foram de 11,3% e o restante destinado ao setor de infraestrutura, representando 9,4% (MI, 2009).

No mesmo ano, na Região Norte, verificou-se que 62,4% foram destinados ao setor rural. O equivalente a R\$ 7.958 milhões até 2008; deste total de recursos foram distribuídos aos setores industrial, agroindustrial e exportação o montante de 21,6%, e o de infraestrutura 1,6%, os setores de turismo 0,9%, comércio e serviço é de 8,2%, e outras aplicações 5,3% dos recursos (MI, 2009).

Na região Centro-Oeste, até meados de 2008, foi verificado a contratação no setor rural de R\$ 11.597 milhões, que equivalem a 66,9%; já no setor industrial essas contratações foram de R\$ 2.781 milhões que equivaleram a 16%; e nos demais setores foram de 17,1%. Observa-se que foram disponibilizados a pequenos produtores rurais, empresas de pequeno porte 51% do recurso; desse modo os pequenos tiveram melhores chances de crescer (MI 2009).

No ano de 2010 os investimentos realizados por meio do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) totalizaram um valor de R\$ 10.775,2 milhões, e foram realizadas 399.240 contratações nesse período, enquanto que em 2009 foi investido um valor de R\$ 9.134,109 mil, totalizando 380.421 operações realizadas.

Já o Fundo Constitucional do Norte (FNO) em 2010, somou R\$ 4.948,47 milhões, valor bem acima do ano de 2009, que totalizou um investimento de R\$ 2.440,489 milhões com um total de 49.248 contratações realizadas, mostrando que de um ano para o outro houve um aumento considerável no valor recebido e nas operações realizadas.

Quanto ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), no ano de 2010, foram investidos valores no montante de R\$ 4.253,8 milhões. Já em 2009, foi realizado um total de 64.569 operações, recebendo o montante de R\$ 3.183,4 milhões de reais. Nota-se que os valores dos investimentos aumentaram de um ano para o outro, mostrando assim, uma evolução nos programas e, com isso, cada vez mais pessoas são beneficiadas com todas as

linhas de créditos disponibilizadas, diminuindo as desigualdades sociais (BANCO DA AMAZÔNIA, 2010; BANCO DO BRASIL, 2010; BANCO DO NORDESTE, 2010).

Em 2016, o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) recebeu um montante de R\$ 14,1 milhões, o Fundo Constitucional do Norte (FNO) teve um investimento de R\$3.380,00 milhões, e o FCO R\$ 5.795,800 milhões. Percebe-se que a cada ano há um aumento considerável. Nota-se que os Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste no ano de 2016 tiveram investimentos relevantes, o que demonstra sua importância para o crescimento sustentável das regiões, pois à medida que os produtores rurais recebem incentivos para se manter no campo, há uma diminuição do êxodo rural, além de criar oportunidades de empregos e inclusão social, consolidando a economia familiar.

Estas contratações são divididas e enviadas aos setores da economia; um deles é o setor rural que englobam todos os programas ligados ao meio rural, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; e também os programas não rurais, destinados às micro e pequenas empresas, indústria, cultura e outros (BANCO DA AMAZÔNIA, 2016; BANCO DO BRASIL, 2016; BANCO DO NORDESTE, 2016).

O Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), que atende à região Nordeste exclusivamente, tem o programa de financiamento às Microempresas e empresas de Pequeno Porte e o Empreendedor Individual, acarretando na evolução das microempresas, de empresas de pequeno porte e de microempreendedores individuais (MEI), dos setores industriais, inclusive mineração, agroindustrial, de turismo, comercial e de prestação de serviços, projetos culturais, de construção, movimentação, divulgação e venda de produtos e serviços culturais, ajudando a consolidar e aumentar a competitividade do segmento (BANCO DO NORDESTE, 2016).

Já na região Norte, o Fundo Constitucional do Norte (FNO), tem o programa Amazônia Sustentável, que oferece financiamentos de empreendimentos, tanto derivados como rurais, cuja finalidade é de inserção, ampliação, modificação, modernização, reforma e localização, formação de estoque, compra de matéria-prima e materiais para produção destinada a pessoas físicas e jurídicas que se caracterizam como produtores rurais (BANCO DA AMAZÔNIA, 2016).

Quanto à Região Centro-Oeste, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), tem o programa FCO empresarial, que oferece linha de crédito a empresas que proporcionam a

atividade produtiva no setor industrial, agroindustrial, mineral, turismo, infraestrutura econômica e de comércio e serviços na região Centro-Oeste. Com a obtenção desses créditos a região tem a oportunidade de crescer, aumentar seu PIB entre outras melhorias para região (BANCO DO BRASIL, 2016).

O fato de os Fundos Constitucionais possuírem acessibilidade facilitada faz com que aumente a demanda pela contratação de todos os tipos de financiamento, seja na área rural ou para as microempresas, empreendedores em geral, sendo a taxa de juros e os prazos os mais atrativos para a contratação dos mesmos. Baseado nos fatos apontados, a pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: como se deu a evolução dos Fundos Constitucionais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste do Brasil nos períodos de 2006 a 2016?

Vale ressaltar que o objetivo geral desse estudo foi demonstrar de forma análoga à evolução dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO), e Centro – Oeste (FCO) do Brasil nos períodos entre 2006 a 2016. Para tanto, foram necessários como objetivos específicos descrever as regiões que tiveram maior desenvolvimento com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento nos períodos de 2006 a 2016; verificar os procedimentos para a distribuição dos recursos nas três regiões contempladas pelos Fundos Constitucionais de Financiamento; apontar os programas beneficiados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento em cada uma das regiões beneficiadas. Por último, foi identificar o perfil dos beneficiários dos Fundos Constitucionais de Financiamento por regiões.

Considerando que os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são ferramentas essenciais à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), e que dos recursos tributários arrecadados pela União são destinados à concretização de políticas de desenvolvimento regional visando a redução das desigualdades inter-regionais do País, o estudo torna-se relevante no contexto de desenvolvimento regional (BRASIL, 2016; MI, 2016).

Por outro lado, umas das ferramentas essenciais para obtenção de recursos são os Fundos e incentivos fiscais promovendo o crescimento regional e buscando o combate e redução das desigualdades sociais, especialmente para os que se encontram em condições de extrema pobreza no país.

A relevância dos Fundos Constitucionais para a economia das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste é percebida pelas contribuições anuais, sendo que no ano de 2011, FNE R\$

11.090.654 milhões, FNO R\$ 1.869.226, milhões e no FCO foram contratados R\$ 5.546.615 milhões.

Estes Fundos propiciam por meio do crédito às empresas, aumento do capital de giro para compra de matéria-prima, obtendo uma melhoria na repartição de aplicação entre os programas da área rural e não rural, promovendo o crescimento nestas regiões (SEFRI, 2012).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este item apresenta a fundamentação teórica dividida em tópicos significativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, os quais foram definidos e fundamentados com a ajuda de trabalhos de pesquisadores habilitados e relatórios de gestão dos bancos responsáveis que contribuíram para o desenvolvimento do artigo.

2.1 FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

Os Fundos Constitucionais foram criados por meio da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989. Na ocasião foi decidido que três regiões seriam beneficiadas pelos Fundos Constitucionais, sendo a região Norte pelo FNO, a região Centro-Oeste pelo FCO e região Nordeste pelo FNE. No art. 159, alínea c, inciso I, seu objetivo é ajudar no desenvolvimento econômico e social dessas regiões, por meio das Instituições Financeiras Federais de caráter regional (BRASIL, 2016).

Os Fundos Constitucionais de Financiamento funcionam como política pública para incentivar e dar oportunidades de investimentos e, assim estimula o interesse pela sua particularidade de crédito, crescendo e conduzindo melhor os recursos produtivos, e proporcionando um aumento das potencialidades regionais (MACEDO; MATOS, 2008).

2.1.1 Instituições Financeiras

As instituições financeiras públicas são responsáveis pela execução das políticas públicas do Governo Federal, como as de financiamento dos Fundos Constitucionais, assim como os bancos responsáveis pela concessão de créditos nas três regiões do país são: Banco da Amazônia S.A.; Banco do Nordeste S.A., e Banco do Brasil S.A. Estas instituições financeiras visam promover o crescimento da economia e cumprimento das políticas públicas

específicas de cada área, investem nos setores produtivos e de infraestrutura, visando à diminuição das desigualdades regionais (MI, 2016).

O papel dos bancos é de orientar as políticas públicas na região em que atuam, identificando as prioridades e buscando melhores maneiras de aumentar ou melhorar as condições de concessão de créditos. Os bancos estatais criam novas linhas de empréstimos, visando beneficiar as regiões menos favorecidas (ABRAMOVAY, 2007*apud* MACEDO, 2008).

2.1.2 Percentual Destinado pelo Fundo para cada Região

Os recursos destinados à aplicação nos fundos são provenientes em parte da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos quais abrangem 3% respectivamente e são repassados pelo Tesouro Nacional aos 03 (três) fundos, sendo 1,8% destinado ao FNE, 0,6% ao FNO e 0,6% ao FCO (BRASIL, 2016).

Os repasses são feitos nas contas dos Bancos Públicos de cada região, sendo o Banco do Nordeste S.A., Banco da Amazônia S.A., e Banco do Brasil S.A., que disponibilizam estes créditos em forma de financiamento, com objetivo de melhorar a economia, gerando empregos diretos e indiretos, aumento de renda e melhorando ainda a arrecadação do IPI e IR (SILVA NETO; RESENDE; SILVA, 2007).

2.1.3 Desenvolvimento nas três regiões atendidas pelos Fundos Constitucionais

Um dos principais propósitos dos Fundos Constitucionais é contribuir para o desenvolvimento das regiões brasileiras menos favorecidas, buscando diminuir ao máximo as diferenças regionais. O crescimento econômico e social das regiões onde os Fundos Constitucionais são disponibilizados obteve êxito desde sua implantação. (MI, 2016)

As políticas regionais asseguram a oportunidade de investir nas atividades com maior produtividade nas regiões que são favorecidas pelos fundos, e os valores disponíveis diferenciam de acordo com o aumento da economia (MACEDO; MATOS, 2008).

As regiões priorizadas tiveram uma melhoria no desenvolvimento, mas ainda precisam de investimentos, para que as diferenças regionais não sejam tão distantes como ainda se verifica. Na região nordeste, por exemplo, o PIB se encontra em 1,5% acima do desenvolvimento normal, mas não é o bastante, pois 28% da população existente no Brasil

encontram-se nessa região onde o PIB é de apenas 13% em relação ao PIB nacional. Sendo assim, é preciso maiores investimentos para reparar estas desigualdades encontradas, apesar de que no ano de 2014 o PIB da região nordeste em relação ao nacional foi de 13,9%, apresentando um pequeno crescimento (SEFRI, 2012; SUA PESQUISA, 2017).

Desde o ano de 1989, nas três regiões, por meio dos Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, houve aumento do número de empregos diretos e indiretos, chegando a somar cerca de 9,5 milhões de novos empregos em 20 anos (MI, 2009).

2.2 PROGRAMAS DO GOVERNO

As políticas públicas são efetivadas por meio de programas do governo que foram criados para trazer transformações nos problemas sociais, de forma a minimizá-los ao máximo, como fome, extrema pobreza e principalmente diminuir a desigualdade social, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida (PROGRAMA DE GOVERNO, 2016).

Os programas são ferramentas utilizadas para consolidação das políticas públicas, e por meio dos Fundos Constitucionais, diversos programas são criados para atingir a finalidade a que o fundo se constitui, objetivando com prioridade a redução das desigualdades regionais, atendendo de forma particular a necessidade de cada região onde atua.

A política nacional de desenvolvimento regional por meio dos programas objetiva auxiliar no crescimento das regiões, desenvolvendo-o de forma igualitária ou o menos desigual possível, tendo parceria do Ministério de Integração que, com valores do Orçamento Geral da União e por meio de atos e programas como os fundos, auxiliam a política do governo.

Para melhorar o uso de mecanismos de crescimento das regiões sob seu dever, liberando que os valores alcancem com maior ênfase os projetos nos vários municípios da região Nordeste, Norte e Centro-Oeste, ajudando assim a redução das diferenças entre as regiões e consequentemente reduzindo os índices de extrema pobreza no Brasil (SEFRI, 2012).

Os fundos Constitucionais possuem programas para atender as necessidades de cada Região. A Região Nordeste é a que tem mais opções de programas, seguida da Região Centro-Oeste e a região Norte do qual são apresentados na figura 01 e mais detalhadamente nos tópicos seguintes.

FUNDOS		
FNE	FNO	FCO
FNE Rural – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNOPRONAF)	Programa FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais – EI e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas – MPE
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agropecuária Irrigada	Programa de Financiamento de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL)	Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas – MGE
FNE Aqui pesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste	Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-BIODIVERSIDADE)	Programa de FCO Rural;
FNE Pró frota Pesqueira - Programa de Financiamento à Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional	Programa de financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI)	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf;
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo CARBONO (FNOABC)	Programa de FCO Empresarial para Repasse
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste		Programa de FCO Rural para Repasse.
FNE Proatur – Programa de Apoio ao Turismo Regional		
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços		
FNE Proinfra – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste		
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação		
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental		
FNE MPE - Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais		
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar		

Figura 1 – Programas dos Fundos Constitucionais das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Fonte: BANCO DO NORDESTE S.A. (2016); BANCO DA AMAZÔNIA S.A. (2016); BANCO DO BRASIL S.A. (2016).

2.2.1 Programas de Financiamento da Região Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) possui vários projetos, uns apresentam melhores resultados que outros a depender do direcionamento e a necessidade da região. O agente executor e fiscalizador desta política é o Banco do Nordeste S.A. (BN) que tem como uma de suas funções a fiscalização e o repasse em dinheiro por meio de liberação de crédito pelo financiamento (BANCO DO NORDESTE S.A., 2016).

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (FNE-AGRIN) tem por objetivo motivar o crescimento agroindustrial por expansão, diferenciação e a grande soma da competitividade entre empresas, acrescentando o montante a ser pago na matéria-prima no lugar, com investimentos a médio, grande e pequeno porte.

Investem ainda na inserção, reforma e localização de projetos agroindustriais, entre outros. Os prazos dependem do tipo de investimento e chegam a 15 anos com mais 5 anos de carência, com taxa de juros dependendo de receita bruta, sendo de 15,89% quando a receita for de até R\$ 90.000.000,00. Se a receita bruta ultrapassar este valor, a taxa de juros então fica em torno de 18,24% no período (BANCO DO NORDESTE S.A., 2016).

O Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual (FNE-MPE), proporciona crescimento dos ramos industriais, incluindo cultura, mineração e outros que se inserirem no programa, fazendo aplicação em custos de instalações, reparação, melhorias e compra de imóveis. Os prazos para pagamento variam e podem chegar até a 20 anos, mais 2 meses ou até 5 anos de carência dependendo da aplicação e do ramo a que cada um se aplica. Os juros também variam por ramo, entre outros aspectos, variando de 11,18% ao ano, a 18,20% ao ano (BANCO DO NORDESTE S.A., 2016).

O Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-VERDE) aumenta o crescimento de projetos e atividades econômicas que proporcionam a proteção, controle e restabelecimento do meio ambiente sempre com base no crescimento sustentável e concorrência das empresas e locais onde a produção é relevante, fornecendo os usos sustentáveis de investimentos florestais, sem suspensão da mata nativa, recuperação ambiental, recuperação de áreas degradadas e outros setores de investimento; o prazo para pagamento é de no máximo 12 anos com 4 anos de carência, tendo como a maior taxa de juros de 12,95% ao ano (BANCO DO NORDESTE S.A., 2016).

2.2.2 Programas de Financiamento na Região Norte (FNO).

O Fundo de Financiamento da Amazônia (FINAM) tem o objetivo principal de proporcionar os investimentos precisos à inserção de programas como os de aumento da Amazônia legal em toda região Norte, por meio da provocação de inserção de novos empreendimentos nessa região, gerando um aumento da mão de obra local e outras. Esse fundo conta com várias origens de recursos e tem uma taxa de administração de 3% do patrimônio líquido do fundo (BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 2016).

O FNO – Biodiversidade - uso alternativo de solo' é uma linha de financiamento que auxilia no crescimento, na organização e no restabelecimento da biodiversidade da Amazônia, tendo a autorização de financiamentos e recursos no geral, ajudando a partir de investimentos em projetos que favorecem o solo.

O prazo para pagamento varia conforme a área, mas o maior prazo é de 12 anos, sendo necessário que as instituições financeiras mudem este prazo, por exemplo, para as plantações com prazos maiores para retorno e colheitas, sua taxa de juros maior é de 12,35% ao ano, sempre levando em consideração os valores da receita bruta de cada setor (BANCO DA AMAZÔNIA S. A., 2016).

O Programa Amazônia Sustentável Rural, tem objetivo de sustentar valores oferecidos para empreendimentos focados como rurais, localizados na região Norte, com investimentos do FNO, sendo que um dos objetivos é o de colocação, criação de estoque e compras de matéria-prima e insumos para a formação; atende áreas como pecuária, agricultura, silvicultura, pesca e agro indústria, e o prazo para pagamento é de 12 anos (BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 2016).

O BNDES Automático - CP Investimento Agropecuário, é um financiamento que contempla pessoas físicas e jurídicas que investem em programas com concentração no ramo agropecuário, sendo que o prazo para pagamento é de 12 anos, com taxas pré-fixadas (BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 2016).

2.2.3 Programas de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

O FCO Empresarial sustenta as riquezas e serviços indispensáveis à inserção, aumento, acomodação ambiental e sanitária ou localização de investimentos industriais. A atenção é para pessoas jurídicas de direito privado, desde que se proporcionem à atividade nos ramos industriais. O prazo para pagamento é de 12 anos e, a depender do tipo de financiamento, a taxa de juros é de 14,12% ao ano (BANCO DO BRASIL S.A., 2016).

O FCO Rural é direcionado aos produtores rurais, podendo ser pessoas físicas e jurídicas, cooperativas e associações de produção no ramo rural; sustenta investimento de crescimento rural, desenvolvimento a aquicultura e tem prazo para pagamento de 20 anos com 5 anos de carência e uma taxa de no máximo 11,8% ao ano e que varia de acordo com a renda bruta (BANCO DO BRASIL S.A., 2016).

2.3 VALORES DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS POR REGIÕES

Os valores disponibilizados para cada região têm como função: aumentar a economia, melhorar PIB, ter renda para as famílias, gerar empregos entre outros benefícios que são oferecidos por meio dos diversos tipos de financiamento que existem para cada fundo Constitucional.

2.3.1 Recursos destinados à Região Nordeste

Para a região Nordeste foi repassado em 2016 o montante de R\$ 14.100,00 milhões, sendo que o ramo de atividade que mais recebeu recursos foi o do comércio e serviços, com um investimento total de R\$ 4.225,00 milhões, e o estado que mais se beneficiou neste ramo foi o da Bahia. Em segundo lugar o Ceará, no ramo da indústria com um total de R\$ 2.905,00 milhões (BANCO DO NORDESTE S.A., 2016).

2.3.2 Recursos destinados à Região Norte

Na região Norte, no ano de 2016 foi disponibilizado o montante de R\$ 3.380,00 milhões pelo Fundo Constitucional do Norte. A distribuição por estados ficou da seguinte forma: Acre R\$ 236,60 milhões, Amapá R\$ 169,00, milhões, Amazonas R\$ 642,2 milhões, R\$ 1.024 milhões, Rondônia R\$ 574,6, Roraima R\$ 169,0 milhões e Tocantins R\$ 574,6 milhões (BANCO DA AMAZONIA S.A., 2016).

2.3.3 Recursos destinados à Região Centro-Oeste

Para a Região Centro-Oeste no ano de 2016, foram disponibilizados R\$ 5.798,00 milhões, sendo distribuídos para o ramo empresarial e rural. O empresarial recebeu uma parcela maior de R\$ 3.228 milhões, representando 55,7% e o rural recebeu uma quantia de R\$

2.567, milhões, representando 44,3%. O Estado que mais recebeu investimentos no ano de 2016 no ramo empresarial foi o Distrito Federal com R\$ 880,96 milhões e no ramo rural foram dois estados, Goiás e Mato Grosso, recebendo R\$ 840,39 milhões conjuntamente (BANCO DO BRASIL S.A., 2016).

2.4 ÁREAS DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS E/OU BENEFICIÁRIOS.

Os beneficiários são produtores rurais, as empresas individuais, os investimentos individuais, as pessoas jurídicas, as associações e cooperativas de produção que visam melhorar ou até mesmo iniciar um programa, crescendo atividades produtivas nos ramos agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços (SEFRI, 2012).

Nos períodos entre 2006 a 2011 os ramos que mais foram contemplados com os investimentos do fundo de desenvolvimento da Amazônia foram o de energia, telecomunicação e indústria. Os estados que mais receberam investimentos foram, Amazonas, Pará e Rondônia, totalizando R\$ 20,172 milhões (SEFRI, 2012).

Neste mesmo período, na Região Nordeste, o foco foi energia, transporte e indústria. E os estados que receberam mais contribuições foram, Bahia e Ceará num total geral de R\$ 6.852 milhões (SEFRI, 2012).

A figura 02 demonstra o comparativo dos anos e os setores que foram mais beneficiados com o Fundo Constitucional do Nordeste em milhões de reais.

Exercício	Agric. Familiar	Pecuária	Indústria	Agroindústria	Turismo	Comercio/ Serviço	Infraestrutura
2008	2.429,	554,	1.486,	488,	306,	601,	475,
2009	1.968	545,	1.746,	440,	412,	1.332,	1.057,
2010	2.366,8	477,6	1.825,5	383,7	523,6	1.426,2	996,6
2012	2.061,8	2.198,1	2.982,1	334,	950,5	2.300	673,4
2013	1.910,	2.295	2.655,	200,	790,	3.450,	200,
2015	2.660,	2.375,	2.765,	200	615,	3.870,	415,
2016	2.895,	2.530	2.905	285,	670,	4.225	590,

Figura 2 – Recursos Aplicados em milhões no Fundo Constitucional do Nordeste- FNE.

Fonte: BANCO DO NORDESTE S.A. (2016).

Nos anos de 2008 a 2010 o setor de Agricultura Familiar destaca-se com montante significativo. Já em 2012 foi a Indústria, com R\$ 2.198,1 milhões. Em 2013 observa-se o setor de comércio com R\$ 3.450, milhões, que mantem-se até o ano de 2016, atingindo o valor de R\$ 4.225, milhões.

A figura 03 demonstra o comparativo dos anos e setores que foram beneficiados com o Fundo Constitucional do Norte em milhões de reais.

Exercício	Agricultura Familiar	Rural	Indústria	Agro Indústria	Turismo	Comercio e Serviço	Infra Estrutura
2007	314,60	607,50	197,80	181,20	85,50	152,60	34,30
2008	399,56	807,30	312,54	33,64	58,52	89,48	199,79
2009	535,98	656,35	336,22	38,60	40,75	535,98	402,00
2010	583,06	785,81	292,85	29,15	58,31	583,06	437,30
2011	693,08	675,45	657,46	66,19	105,95	693,08	500,00
2012	818,041	891,330	121,00	14, 060	601,397	1.244,00	466,304
2013	653,59	1.142,30	579,17	142,03	584,80	1.517,70	26,00
2015	630,00	1.567,00	300,00	86,00	90,00	1.279,00	150,00
2016	700,00	1.603,00	188,00	54,00	80,00	536,00	94,00

Figura 3 – Recursos Aplicados em milhões no Fundo Constitucional do Norte- FNO

Fonte: BANCO DA AMAZÔNIA S.A., (2016).

Observa-se que, na região Norte, nos anos de 2007 a 2010 o Setor Rural foi o mais beneficiado. Já de 2011 a 2013 os setores com melhores benefícios foram o setor de Comércio e Serviços, que notadamente em 2013 ficou com R\$ 1.517,7 milhões. Em 2015 e 2016 o setor que mais se beneficiou foi o Rural com R\$1.567, milhões em 2015 e, no ano 2016, com R\$ 1.603, milhões.

A figura 04 demonstra o comparativo dos anos e setores que foram mais beneficiados com o Fundo Constitucional do Centro-Oeste em milhões de reais.

Exercício	Rural	Indústria	Infraestrutura	Turismo	Comercio/ Serviço
2007	1.350	579,331	183,264	126,620	265,705
2008	1.488	689,323	191,495	234,167	314,814
2009	1.158	550,275	107,241	217,769	581,005
2010	2,169	850,970	433,699	454,067	979,672
2011	2.600	988,663	861,544	158,630	937,582
2012	2,203	873,735	432,439	469,561	994,810
2013	2.438	850,534	264,848	346,715	1.603
2014	2.197	766,593	238,710	213,497	1.445
2015	2.343	832,057	250,907	307,733	1.556
2016	2.567	910,335	290,163	355,549	1.672

Figura 4 – Recursos Aplicados em milhões no Fundo Constitucional Do Centro-Oeste.

Fonte: BANCO DO BRASIL S.A., (2016).

Observando a figura 04, percebe-se que no ano de 2007 a 2016, o setor que mais recebeu recursos foi o Rural. No ano de 2013 a 2016 o setor de comércio e serviços teve investimentos relevantes mais não maiores que o setor rural.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi delineada na perspectiva de fornecer de maneira objetiva e clara todos os procedimentos que a pesquisadora se utilizou para alcançar seus objetivos propostos.

A pesquisa possui natureza aplicada, foi descritiva de caráter retrospectivo com base em documentos, abordando a evolução dos fundos constitucionais de financiamento a partir dos relatórios de gestão de recursos do Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste S.A., e Banco da Amazônia S.A.

O método dedutivo foi utilizado na apuração dos dados coletados na pesquisa, pois se tratou dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, explorando os relatórios do contexto geral de recurso de gestão que dá origem a programas de financiamentos.

Caracterizou-se como pesquisa exploratória, bibliográfica, utilizando-se de materiais publicados em artigos, teses, livros, sites e relatórios de gestão de recurso do Banco da Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A., e Banco do Nordeste S.A.

A pesquisa abrangeu a Região Norte com todos seus estados, a região Nordeste e seus estados incluindo Espírito Santo e Minas Gerais, região Centro-Oeste e seus estados respectivamente. Foram utilizados os relatórios de gestão de recursos de todos os fundos constitucionais de financiamento dos anos de 2006 a 2016, que subsidiaram as informações necessárias para a observação do objeto de estudo, que se encontra destacado no Apêndice A

A análise baseou-se na compilação dos dados evidenciados por meio de textos, e posteriormente organizados conforme o objeto de estudo, dessa forma obtendo uma maior compreensão dos resultados. Os dados tiveram embasamento teórico em pesquisas bibliográficas, analisadas e discutidas.

4 RESULTADO

Na figura 05 são demonstrados os recursos disponibilizados em milhões de reais na região Nordeste no período de 2006 a 2016 por estados da federação.

Ano	Alagoas	Bahia	Ceará	Espírito Santo	Maranhão	Minas Gerais	Paraíba	Pernam-Buco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe	Total
2006	178,	1.098,	492,	182,6	240,2	224,3	253,6	629,4	211,3	245,4	177,1	3.932,
2007	231,	1.502,	824,	92	352,	287,	349	898,	281,	319,	250,	5.385,

2008	284,	1.895	784,	99,	596	328	358	949,	355,	404,	287,	6.339,
2009	337,5	1.800,	1.170	127,5	585,	525,	450,	1.125	337,5	705,	337,5	7.500,
2010	360,	1.862,	1.355,	133,6	600,8	539,2	462,2	1.155,	360,	811,	360,	8.000,
2011	480,	2.530,	1.650	210,	950,	590,	620,	1.650	540,	900,	480,	10.600,
2012	550,	2.715	1.710,	150,	1.150,	600,	600,	1.710,	730,	1.035,	550,	11.500,
2013	540,	2.505,	1.755,	300,	1.105	595,	710,	1.660,	1.010	795,	525,	11.500,
2014	615,	2.860,	2.005,	325,	1.260,	695,	810,	1.885,	1.150,	905,	590,	13.100,
2015	585,	2.830	1.960,	320,	1.260,	705,	790,	1.860	1.145,	860,	585,	12.900,
2016	660,	3.190	2.120	350,	1.405,	765,	795,	2.010,	1.235,	935,	635,	14.100,

Figura 5 - Recursos disponibilizados em milhões de reais na região Nordeste

Fonte: BANCO DO NORDESTE S.A. (2006 a 2016).

Observa-se que na região Nordeste no ano de 2006 a 2008 o Estado mais beneficiado foi o da Bahia. No Período de 2009 a 2011 os Estados que mais receberam recursos foram: Bahia, Ceará e Pernambuco. Em 2012 continuou os três estados citados conjuntamente com os estados do Maranhão com R\$ 1.150, milhões e Rio Grande do Norte com R\$ 1.035, milhões. Já nos anos de 2013 a 2016 os estados que mais receberam recursos foram: Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí com valores superiores a R\$ 1 milhão.

Os Estados da Região Norte no ano de 2006 a 2016 que mais foram beneficiados: Pará, Amazonas, Rondônia e Tocantins, conforme demonstrados na figura 06 sendo os valores em milhões de reais.

Ano	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Total
2006	135,7	203,6	135,7	339,3	203,6	135,7	203,6	1.357,
2007	157,4	236,0	157,4	393,3	236,0	157,4	236,	1.573,5
2008	199,7	299,6	199,7	499,44	299,67	199,78	299,67	1.997,7
2009	159,4	472,8	113,9	805,3	587,2	113,9	427,2	2.679,9
2010	204,	553,9	145,7	874,5	495,6	145,7	495,60	2.915,3
2011	242,5	658,4	173,2	1.039	589,13	173,2	589,1	3.465,4
2012	278,6	655,9	88,4	1.243,	1.400,	21,0	595,1	4.282,5
2013	320,	884,,	233,	1.400	790,	233,	790,	4.650,
2014	378,	1.026,	270,	1.620,	918,	270,	918,	5.400,
2015	298,5	810,3	213,2	1.279,	725,	213,2	725,05	4.265,
2016	236,6	642,2	169,	1.014,	574,6	169,	574,6	3.380,

Figura 6 – Recursos disponibilizados em milhões na Região Norte.

Fonte: BANCO DA AMAZÔNIA S.A. (2006 - 2016)

Observa-se ainda que em 2008 o estado mais beneficiado foi o Pará com R\$ 499,4 milhões. Em 2012 o estado de Rondônia foi o estado que recebeu mais investimentos com R\$ 1.400, milhões. Em 2016 o estado Pará ficou com R\$ 1.014, milhões, já o estado do Amazonas ficou com R\$ 642,2 milhões, Rondônia e Tocantins com os mesmos valores disponibilizados ficaram com R\$ 574,6 milhões.

A figura 07 demonstra os valores em milhões de reais, que foram investidos na região Centro-Oeste de 2006 a 2016 por estados respectivamente.

Ano	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Total
2006	379,5	579,3	579,3	459,4	1.997,7
2007	475,9	726,5	726,5	576,2	2.505,2
2008	554,4	846,2	846,2	671,1	2.917,9
2009	496,7	758,2	758,2	601,3	2.614,5
2010	930,7	1.420,	1.420,	1.126,	4.898,4
2011	909,3	1.387,9	1.387,9	1.100,7	4.786,
2012	945,	1.442,	1.442,	1.144,	4.974,
2013	825,6	1.673,	1.673,	1.332,	5.504,3
2014	842,4	1.709,	1.709,	1.355,	5.616,4
2015	1.145,	1747,9	1747,9	1.386,2	6.027,3
2016	1.101,2	1.680,7	1.680,7	1.333,	5.795,8

Figura 7 - Recursos disponibilizados em milhões na Região Centro-Oeste

Fonte: BANCO DO BRASIL S.A., (2006 A 2016).

Na Região Centro-Oeste os Estados mais beneficiados nos anos de 2006 a 2016 foram Goiás e Mato Grosso. Em 2010 os 04 estados foram muito bem assistidos, porém os que receberam a maior parte foram Goiás e Mato Grosso com R\$ 1.420, milhões. Mato Grosso do Sul ficou com R\$ 1.126, milhões e o Distrito Federal foi de R\$ 930,7 milhões. Já em 2012 foram Goiás e Mato Grosso os maiores beneficiados. No ano de 2016 continuou com Goiás e Mato Grosso com R\$ 1.680,7 milhões, no Mato Grosso do Sul foi R\$ 1.333, milhões e o Distrito Federal ficou com R\$ 1.101,2 milhões.

4.1 PERCENTUAL DE INVESTIMENTO DA REGIÃO NORDESTE

Verificou-se que o estado da Bahia foi um dos estados que recebem o maior percentual de investimento conforme demonstrado na figura 8, o Ceará foi outro estado que também se beneficiou juntamente com o estado de Pernambuco. Os Estados que receberam um dos percentuais mais baixos foram Espírito Santo, Alagoas e Sergipe.

Ano	Alagoas	Bahia	Ceará	Espírito Santo	Maranhão	Minas Gerais	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe
2006	4,5%	27,9%	12,5%	4,6%	6,1%	5,7%	6,4%	18%	5,4%	6,2%	4,5%
2007	4,3%	27,9%	15,3%	1,7%	6,5%	5,3%	6,5%	16,7%	5,2%	5,9%	4,6%
2008	4,5%	29,9%	12,4%	1,6%	9,4%	5,2%	5,6%	15%	5,6%	6,4%	4,5%
2009	4,5%	24%	15,6%	1,7%	7,8%	7%	6%	15%	4,5%	9,4%	4,5%
2010	4,3%	24,7%	18,4%	1,1%	8,6%	4,5%	5%	15,1%	7,2%	6,9%	4,1%

2011	4,5%	23,9%	15,6%	2%	9%	5,6%	5,8%	15,6%	5,1%	8,5%	4,5%
2012	4,8%	23,6%	14,9%	1,3%	10%	5,2%	5,2%	14,9%	6,3%	9%	4,8%
2013	4,7%	21,8%	15,3%	2,6%	9,6%	5,2%	6,2%	14,4%	8,8%	6,9%	4,6%
2014	4,7%	21,8%	15,3%	2,5%	9,6%	5,3%	6,2%	14,4%	8,8%	6,9%	4,5%
2015	4,5%	21,9%	15,2%	2,5%	9,8%	5,5%	6,1%	14,4%	8,9%	6,7%	4,5%
2016	4,7%	22,6%	15%	2,5%	10%	5,4%	5,6%	14,3%	8,8%	6,6%	4,5%

Figura 8 – Percentual de investimento na Região Nordeste.

Fonte: BANCO DO NORDESTE, (2006 a 2016)

Observa-se que os Estados em que houve mais investimentos no ano de 2006 são Bahia, Pernambuco e Ceará. Os menos contemplados foram Alagoas e Sergipe. Já no ano de 2007, comparando com o ano anterior, Ceará teve um aumento de 2,8%, Pernambuco diminuiu 1,3%, o Espírito Santo teve uma queda de 2,9% e Rio Grande do Norte também diminuiu, ficando com 2,3%.

Os demais estados continuaram com a mesma média sem nenhum aumento muito grande. Comparando 2008 com 2009 percebe-se um aumento no estado de Ceará de 3,2%, já em Minas Gerais foi um aumento de 1,8%, enquanto Rio Grande do Norte aumentou em 3%.

Os Estados que diminuíram foram a Bahia com uma queda de investimento de 5,4% e Maranhão com 1,6%. No período de 2010 e 2011 o estado do Ceará diminuiu 3,5%, o estado da Bahia com perda de 1,1%. Já o Estado com um aumento considerável nos anos analisados foi Rio Grande do Norte com 2,1%. O ano de 2011 foi um ano em que os percentuais não aumentaram nem diminuíram muito. Os anos de 2013 e 2014 foram percentuais iguais em todas as regiões. Em 2015 e 2016 os percentuais não tiveram nenhum aumento considerável, permanecendo praticamente inalterados.

4.1.1 Análise de Percentual de investimento da Região Norte

Conforme dados da figura 9, constatou-se que o Estado do Pará foi o mais beneficiado em diversos anos analisados, logo em seguida vem Amazonas, Rondônia e Tocantins. Os piores investimentos ficaram com os Estados do Acre, Roraima e Amapá.

Ano	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
2006	10%	15%	10%	25%	15%	10%	15%
2007	10%	15%	10%	25%	15%	10%	15%
2008	10%	15%	10%	25%	15%	10%	15%
2009	5%	17%	4,2%	30,9%	21,9	4,2%	16%
2010	7%	19%	5%	30%	17%	5%	17%

2011	7%	19%	5%	30%	17%	5%	17%
2012	6,5%	15,3%	2,1%	29%	32,7%	0,5%	13,9%
2013	6,6%	22,5%	1,9%	33,4%	16,2%	2,2%	17,1%
2014	7%	19%	5%	30%	17%	5%	17%
2015	7%	19%	5%	30%	17%	5%	17%
2016	7%	19%	5%	30%	17%	5%	17%

Figura 9 – Percentual de investimento na Região Norte.

Fonte: BANCO DA AMAZÔNIA, (2006 a 2016).

Observa-se na figura 09 que no ano de 2006 a 2008 foram os mesmos percentuais referentes a investimentos na região Norte; nesses primeiros três anos o Estado que recebeu o maior percentual foi o Pará em segundo lugar ficou Amazonas, Rondônia e Tocantins com o mesmo percentual. Em 2009 comparando com anos anteriores, Acre teve uma queda de 5%, Amapá de 6,8%, e Roraima de 6,8%, os Estados que tiveram um aumento grande foi Rondônia com 6,9%. Já em 2010 e 2011 foram os mesmos percentuais, em relação a 2009 alguns estados tiveram um aumento em outros diminuiu, por exemplo, Rondônia diminuiu 5%. Em 2010 e 2011 o que mais foi beneficiado foi o estado do Pará. Já em 2012 e 2013 o Rondônia, Amazonas, Pará e Tocantins foram os Estados que tiveram um aumento em seus percentuais de investimentos, em 2012 foi Rondônia com 15,7% o Amazonas aumentou em 7,2%, Pará em 4,4% e Tocantins em 3,2%. Já em 2013 o Estado que teve uma queda considerável foi Rondônia com 16,5% em relação a 2012.

Nos anos de 2014 a 2016 os percentuais de investimentos nas regiões foram os mesmos sem mudar em nada, e o Estado que mais recebeu foi o Pará nesses três anos. Os que tiveram menos foram Roraima e Amapá.

4.1.2 Análise de Percentual de investimento da Região Centro- Oeste

Na figura 10 são demonstrados os estados mais beneficiados por percentual de investimento, que foram Goiás e Mato Grosso, e o outro mais beneficiado foi Mato Grosso do Sul, que recebeu menos foi o Distrito Federal.

Ano	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
2006	19%	29%	29%	23%
2007	19%	29%	29%	23%
2008	19%	29%	29%	23%
2009	19%	29%	29%	23%
2010	19%	29%	29%	23%
2011	19%	29%	29%	23%
2012	19%	29%	29%	23%

2013	15%	30,4%	30,4%	24,2%
2014	15%	30,4%	30,4%	24,2%
2015	19%	29%	29%	23%
2016	19%	29%	29%	23%

Figura 10 – Percentual de investimento na Região Centro-Oeste.

Fonte: BANCO DO BRASIL (2006 a 2016).

Observa-se na figura 10 que no período de 2006 a 2012 o percentual de investimento nessa região não teve alteração, e os Estados mais investidos foram Goiás e Mato Grosso, enquanto que o Distrito Federal obteve menos investimentos. Já nos anos de 2013 e 2014 os percentuais mudaram em relação ao ano anterior: Goiás e Mato Grosso continuam recebendo maior atenção e o Distrito Federal teve uma queda de 4%, nesse mesmo ano, enquanto o Mato Grosso do Sul teve um aumento de 1,2%. Em 2015 e 2016, em relação ao ano anterior, o Distrito Federal teve um aumento no percentual de investimento de 4%.

5 ANALISE E DISCUSSÃO

Com base nos dados apurados dos relatórios de gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento verificou-se que a Região que mais recebeu investimentos dos fundos constitucionais foi a Região Nordeste (FNE) nos anos estudados. A justificativa para tal investimento, é que a região nordeste apresenta muitos problemas econômicos como secas constantes que ocasionam perda nas lavouras, gastos com irrigação, etc. O desemprego na região vem diminuindo com os anos, mas ainda precisa melhorar; os problemas sociais são os baixos indicadores socioeconômicos do País como índice de desenvolvimento humano, a taxa de fecundidade é maior que a média nacional e a baixa escolaridade comparando com as demais regiões do Brasil. Outro fator que faz com que a região Nordeste receba mais investimento é porque o Governo Federal delimitou 1,8% dos recursos para a Região Nordeste enquanto a Região Norte recebe 0,6% e Centro-Oeste recebe 0,6%.

Os Fundos Constitucionais por meio de vários programas existentes viabilizam o crescimento das regiões sempre com o foco nos beneficiários de menor porte, promovendo financiamentos ao setor produtivo diminuindo, dessa forma, as desigualdades intra e inter-regionais. No Ano de 2015 a região Nordeste recebeu um investimento de R\$ 11,5 milhões de reais, em 2016 R\$ 14,1 milhões. (WIKIPÉDIA, 2016; BANCO DO NORDESTE S.A., 2015 e 2016).

A Região Nordeste no ano de 2006 tinha um Produto Interno Bruto (PIB) de 13,1% e em 2014 foi para 13,9%. A Região Norte em 2006 tinha um (PIB) de 5,1% e em 2014 foi para

5,3%. Já Região Centro-Oeste no ano de 2006 apresentou um PIB de 8,7% e foi em 2014 para 9,3% (SUA PESQUISA, 2016).

Percebe-se que a Região que mais se desenvolveu foi à região Nordeste com um aumento de 0,8% em seu PIB. Grande parte desse desenvolvimento deve-se aos investimentos que os Fundos Constitucionais proporcionam a essa região. A Região Centro-Oeste em relação ao aumento de PIB teve um crescimento considerável; uma das principais mudanças nessas regiões foi o aumento de trabalho para a população, pois os vários investimentos em indústria e comércio fazem com que a realidade nesses locais mude cada vez para melhor.

Ainda na Região Nordeste, nos anos de 2006 a 2010, o setor que mais foi beneficiado foi a Agricultura Familiar totalizando um investimento em 2006 de R\$980,2 e 2008 R\$ 2.429, valores esses em milhões de reais. Já no período de 2012 foi o setor da Indústria totalizando R\$ 2.982,00. De 2013 a 2016 o setor que mais teve benefícios por meio do investimento dos Fundos Constitucionais foi o de Comércio e Serviços com R\$ 3.450, milhões em 2014 R\$ 3.930, em 2015 R\$3.870, e 2016 totalizou R\$ 4.225, em milhões de reais (BANCO DO NORDESTE S.A., 2016).

Na Região Norte em 2006 o setor mais assistido foi o da Agricultura Familiar com R\$ 311, milhões. Já de 2007 foi o setor Rural com R\$ 607,5 milhões. No ano de 2008 foi o setor rural com R\$ 807,30 e 2009 foi o setor de Comércio com investimento de R\$ 535,9 milhões. Em 2010 foi o setor Rural R\$ 785,8 milhões. No período de 2011 a 2014 foi o setor de Comércio que chamou atenção com R\$ 693,08, em 2012 R\$ 1.244, milhões, 2013 com R\$ 1.517,7 milhões. Em 2015 e 2016 foi novamente o setor rural com um total de R\$ 1.567, milhões em 2015 e R\$ 1.603, milhões em 2016 (BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 2016).

Região Centro-Oeste no período de 2007 a 2012 o setor que mais houve investimento foi o Rural, verificou-se em 2009 o investimento de R\$ 1.158,00, em 2010 foi de R\$ 2.169,00 milhões, já em 2011 foi de R\$ 2.600,00 e 2012 o investimento foi de R\$ 2.203,00. Em 2013 o setor de Comércio e Serviços com o total de R\$ 1.603,8 milhões, mais o que recebeu maior investimento ainda foi o setor rural somando R\$ 2.438,00. Em 2014 continua com o setor Rural com R\$ 2.197,00 milhões, e em 2015 e 2016 o setor de Comércio teve valores muito significantes, mais o setor rural ainda continua com a maior parte dos recursos em 2015 ficou com R\$ 2.343,00 milhões em 2016 foi de R\$ 2.567,00 (BANCO DO BRASIL S. A., 2016).

A figura 11 demonstra em percentual a quantidade de investimentos que recebem nos anos de 2006 a 2016.

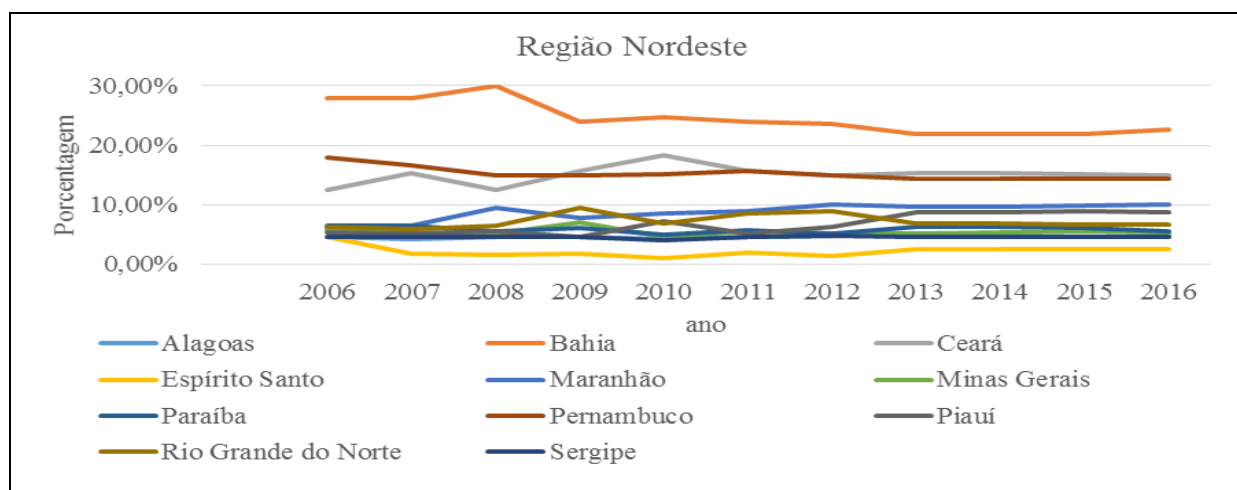


Figura 11- Percentual de investimento da Região Nordeste no período de 2006 a 2016

Fonte: Banco do Nordeste (2006 a 2016)

Observa-se na Figura 11 que o Estado da Bahia é o Estado que recebe mais investimentos chegando em 2008 a quase 30% de investimento. Pernambuco e Ceará aparecem logo em seguida, identificando que esses estados são os mais beneficiados. O menos beneficiado nos anos estudados é o Espírito Santo.

A Previsão para o ano de 2017 em percentual para esses Estados são: Bahia com 22,6%, Ceará 15,1% e Pernambuco com 14,2%. Analisando 2017 com 2016, os percentuais não tiveram muita diferença permanecendo praticamente os mesmos. Observou-se que na região Nordeste o estado que mais se destaca é o da Bahia.

A figura 12 explana o percentual de investimento na Região Norte, identificando que o estado mais beneficiado é o Pará.

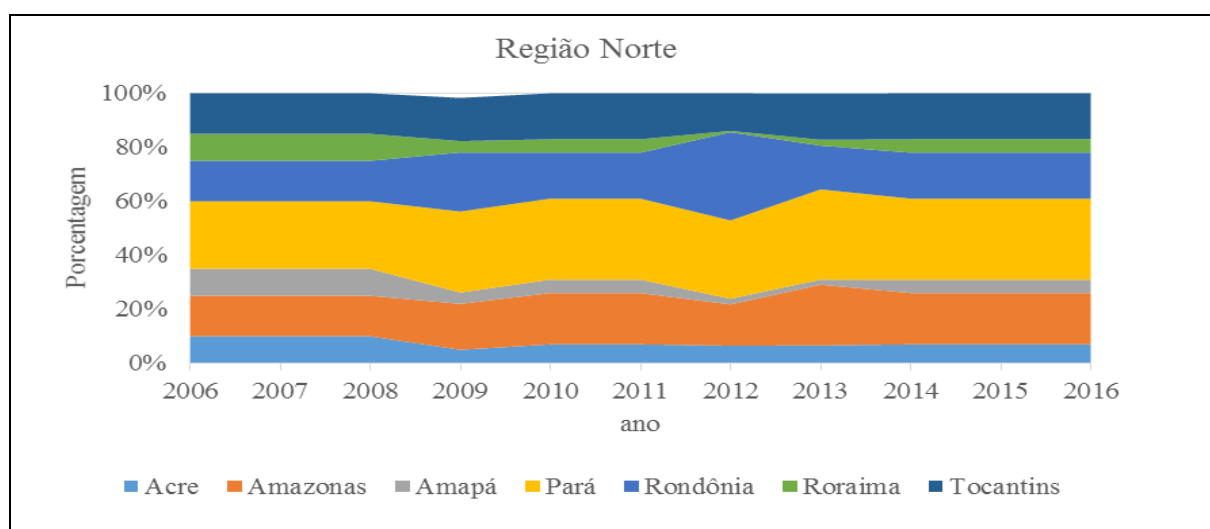


Figura 12- Percentual de investimento da Região Norte no período de 2006 a 2016

Fonte: Banco da Amazônia (2006 a 2016).

Na região Norte os Estados mais beneficiados são Pará, Amazonas, Rondônia e Tocantins. Na maioria dos anos estudados o estado do Pará é o que recebe mais em percentual. Apenas no ano de 2012 que o estado de Rondônia foi o mais visado em investimentos. O estado menos beneficiado foi o Amapá, como observado na figura 12.

A Previsão em percentuais para 2017 são: Pará com 31% comparando com 2016 aumentou apenas 1%. Amazonas ficou com 19%, mesmo percentual do ano anterior e Rondônia e Tocantins os percentuais foram iguais ficando com 19% em cada região; analisando a ano anterior esses dois estados teve um aumento de 2% dos recursos. Fica evidente que o Estado mais beneficiado é o Pará.

A figura 13 explica em percentual qual o estado da Região Centro-Oeste que é mais beneficiado.

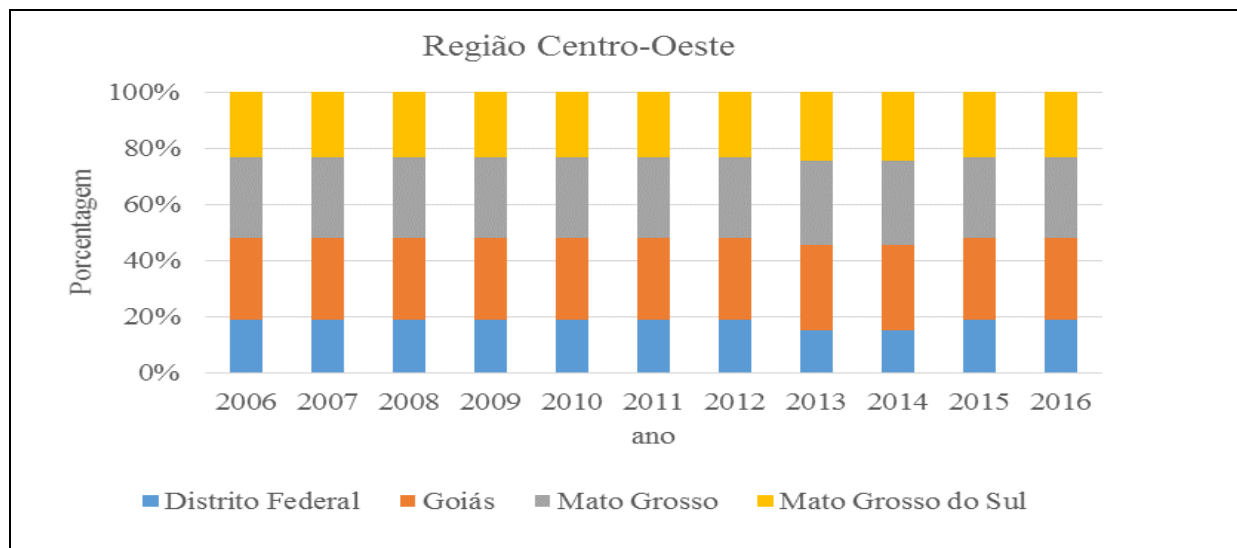


Figura 13- Percentual de investimento da Região Centro-Oeste no período de 2006 a 2016

Fonte: Banco do Brasil (2006 a 2016).

Na Região Centro-Oeste, do ano de 2006 a 2016 os dois Estados que mais receberam investimentos foram Goiás e Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e por último o Distrito Federal. Em 2015, 2016 e 2017 os percentuais foram iguais, ficando, Goiás 29%, Mato Grosso 29%, Mato Grosso do Sul 23% e Distrito Federal 19%. Observou-se que os Estados que mais se destacaram nesses anos foram Goiás e Mato Grosso.

Quanto aos critérios de seleção de beneficiários, cada programa que é oferecido tem o seu próprio critério. Por exemplo, na região Centro-Oeste existe o FCO-VERDE do qual os beneficiários têm que ser produtores rurais de pessoa física ou jurídica, em cooperativas de

produção e associações de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor Rural.

Na região Norte há o programa de financiamento às micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais (FNO-MPEI), do qual os beneficiários são pessoas jurídicas de direito privado dos setores secundários e terciário, empresas e empresários individuais de responsabilidade limitada, pessoas jurídicas de direito privado, classificados como micro e pequena empresa, e os microempreendedores individuais.

No Programa FNE Industrial da Região Nordeste os beneficiários são empresas privadas que realizem atividades produtivas no setor industrial inclusive de mineração e da economia da cultura, constituídas sobre lei brasileira (BANCO DO BRASIL S.A., 2016; BANCO DA AMAZÔNIA S. A., 2016; BANCO DO NORDESTE S.A., 2016).

A distribuição dos recursos dos Fundos Constitucionais é prevista em lei e funciona da seguinte forma: por meio da arrecadação de 3% do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, do Imposto sobre Produtos Industrializados, entregues pela União, dos retornos e resultados de suas aplicações e dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei. Fica-se denominado que 1,8% para região Nordeste-Fundo Constitucional do Nordeste, de 0,6% para a Região Norte-Fundo Constitucional do Norte, e 0,6% Para a Região Centro-Oeste-Fundo Constitucional do Centro-Oeste (BRASIL, 2016).

A evolução dos Fundos Constitucionais pode ser observada pelos investimentos que são disponibilizados, como na Região Nordeste no ano de 2006 foi disponibilizado R\$ 3.932,1 milhões, em 2009 foram um montante de R\$ 7.500,0 milhões, já em 2012 R\$11.500, milhões, em 2016 foi de R\$14.100 milhões.

Na Região Norte no ano de 2006 o investimento foi de R\$ 1.357,3 milhões, em 2009 totalizou R\$ 2.679,9 milhões, já em 2012 foi R\$ 4.282,6 milhões, em 2016 somou R\$ 3.380,0 milhões. Na Região Centro-Oeste o ano de 2006 totalizou R\$ 2.219,7 milhões, já em 2009 foi de R\$ 2.905,0 milhões, em 2012 o montante foi 4.974,1 milhões, no ano de 2016 totalizou R\$ 5.795,8 milhões.

Analisando os valores investidos nessas regiões percebe-se que houve um aumento considerável nos valores investidos de ano a ano, o que se deve ao fato do aumento de pessoas procurando por linhas de créditos para obter a mudança, como o custeio uma linha de crédito muito usada. Outra linha de financiamento é o PRONAF, por exemplo, por meio do qual muitas famílias podem continuar em seus sítios, diminuindo o êxodo Rural e também

viabiliza o oferecendo empregos dignos (BANCO DO NORDESTE S.A., 2006 a 2016; BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 2006 a 2016; BANCO DO BRASIL S. A., 2006 a 2016).

As previsões para aplicação de recursos no ano de 2017 estão significativas que no ano de 2016. Para a região Nordeste é de R\$ 14,700 bilhões de reais em 2017, em 2016 foi de R\$ 14,100 bilhões, os estados mais beneficiados nesses anos foram: Bahia, Ceará e Pernambuco conforme apresentados na figura 11.

UF/ SETOR	Agricultura	Pecuária	Industria	Agroin dústria	Turismo	Com. e Serv.	Infraes- Trutura	Total
AL	130,	120,	190,	20	100,	140	-	700
BA	1.180,	525,	600,	30,	140,	850,	-	3.325,
CE	200,	365,	770,	15	110,	760,	-	2.220,
ES	65,	50,	170,	15,	10,	60,	-	370,
MA	440,	435,	245,	20,	25,	290,	-	1.455,
MG	200	250,	100,	5,0	5,0	230	-	790
PB	50,	190,	200,	20,	95,	275,	-	830
PE	255,	300,	450,	100,	170,	505,	310	2.090,
PI	590,	205,	30,	15,	115,	325,	-	1.280,
RN	75	170,	140,	15,	55,	300	220	975,
SE	110	125,	130,	20,	30,	200,	50,	665,
Total	3.295,	2.735,	3.025,	275,	855,	3.935,	580	14.700,

Figura 11 – Previsão dos Recursos na Região Nordeste no ano de 2017

Fonte: BANCO DO NORDESTE, (2017)

Percebe-se que dos Estados da região Nordeste que mais receberão recursos serão Bahia com R\$ 3.325, Ceará e Pernambuco. O Setor que ficará com a maior parte será o de Comércio com R\$ 3.935, em seguida a agricultura com R\$ 3.295, milhões e indústria com R\$ 3.025, milhões.

Para a Região Norte em 2016 foi de R\$ 3.380,000 milhões, já em 2017 será de R\$ 4.600,000 milhões de reais. Os estados mais incentivados são Pará com a maior parte dos recursos, em seguida Amazonas, Rondônia e Tocantins com o mesmo valor de recursos conforme demonstrado na figura 12.

UF/ SETOR	Agricultura	Pecuária	Industria	Agroin dústria	Turismo	Com. e Serv.	Infraes- Trutura	Total
AC	24,28	77,77	11,73	6,54	2,13	160,69	3,06	322,
AM	38,88	302,48	117,67	26,75	27,80	199,31	132,16	874,
AP	13,53	13,29	9,29	9,24	2,47	74,07	2,41	138,
PA	205,74	574,96	48,07	8,56	34,46	396,17	41,36	1.426
RO	112,96	421,59	11,06	10,98	5,95	221,31	7,00	874,
RR	0,99	3,89	9,58	7,50	3,37	61,99	1,49	92,

TO	83,62	446,13	22,60	10,43	7,82	208,46	12,52	874,
Total	480,	1.840	230,	80,	84	1.322	200	4.600,

Figura 12 – Previsão dos Recursos na Região Norte no ano de 2017

Fonte: BANCO DA AMAZÔNIA S.A. (2017)

Os Estados da Região Norte que foram mais beneficiados com os investimentos do FNO são o Pará com R\$ 1.426, Amazonas, Rondônia e Tocantins com o mesmo valor de R\$ 874,00 Milhões. Os Setores mais beneficiados foram o Rural com R\$ 2.625,00 e o de comercio e Serviços com R\$ 1.322,00 milhões.

A Região Centro-Oeste no ano de 2017 receberá um investimento de R\$ 10.167, milhões de reais, no ano de 2016 recebeu R\$ 5.795,8. Percebe-se que os investimentos de um ano para o outro melhoraram muito. Os Estados mais beneficiados foram Goiás e Mato Grosso. A figura 13 demonstra a Previsão de Recursos da Região Centro-Oeste no ano de 2017 valores em milhões de reais.

UF/ SETOR	Rural	Industria	Turismo	Comércio e Serviços	Infraestrutura	Total
DF	386,3	184,	184,	991,	184,	1.931
GO	1.474,	490,	123,	737,	123,	2.948,
MT	1.474,	398,	215,	737,	122,	2.948,
MS	1.169,	522,	100,	467,	78,2	2.338
Total	4.504,	1.596,	623,	2.933,	509,	10.167,

Figura 13 – Previsão dos Recursos na Região Centro-Oeste no ano de 2017

Fonte: BANCO DO BRASIL, SA. (2017)

Os Estados mais beneficiados foram Goiás e Mato Grosso com R\$ 2.948, milhões. Sendo que o setor com maior benefício foi o Rural com R\$ 4.504, milhões, em seguida o setor de Comércio e Serviços foi segundo beneficiado com R\$ 2.933, milhões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos da pesquisa foram de demonstrar de forma análoga a evolução dos Fundos Constitucionais de Financiamento; descrever as Regiões que tiveram maior desenvolvimento com recursos dos Fundos Constitucionais; verificar os procedimentos para a distribuição dos recursos; apontar os programas beneficiados e identificar o perfil dos beneficiários. Esses objetivos foram alcançados pela demonstração da evolução dos recursos disponibilizados nas regiões beneficiadas pelos Fundos Constitucionais, sendo dado destaque para a região Nordeste. Essa mesma região foi uma das que mais se desenvolveu, notadamente seu PIB comparado de 2006 a 2014 cresceu 0,8%, pelo fato que a região recebeu

o maior percentual de investimento e considerando as dificuldades que a região Nordeste enfrenta, justificando assim essa atenção maior que recebe.

A evolução dos Fundos Constitucionais é nítida quanto ao aumento de investimento de um ano para o outro, identificando assim, que as três regiões menos favorecidas do Brasil recebem a cada ano uma quantidade maior de fomentos e com isso ampliam investimentos na indústria, pecuária, agricultura, comércio e turismo, entre outros setores melhorando a taxa de desemprego e o êxodo rural.

As linhas de financiamentos oferecidas pelos bancos tentam atender a demanda de cada região, dando opção para os beneficiários, que são pessoas físicas ou jurídicas, empreendedores individuais, pecuaristas e agricultores.

Verificou-se ainda, a distribuição dos recursos em cada Região. E percebeu-se que a Região Nordeste ficou com 1,8%, dos recursos disponibilizados, região Norte 0,6% e Centro-Oeste com 0,6%, sendo os percentuais que o Governo Federal libera para as três regiões.

Identificou-se o perfil dos beneficiários que, em sua maioria, são empreendedores individuais, microempresas, pequenos e grandes produtores rurais, proprietários de indústria que buscam empréstimos para aumentar sua indústria ou até colocar uma filial.

Analisando o percentual de investimentos na região Nordeste identificou-se que em todos os anos analisados os estados mais beneficiados são: Bahia, Ceará e Pernambuco. Já na região Norte foram Pará, Amazonas e Rondônia os que mais receberam recursos. E na Região Centro-Oeste, Goiás e Mato Grosso.

Como sugestão, a autora espera por meio desse estudo estar motivando outros pesquisadores, para que sintam-se incentivados a divulgar diferentes resultados das aplicações e contribuições dos Fundos Constitucionais do Nordeste para sua Região, Fundo Constitucional do Norte e Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que ainda tem muito a desenvolver com parceria do Governo Federal.

REFERÊNCIAS

BANCO DA AMAZÔNIA. **Programa Amazônia sustentável rural**. Disponível no site: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/afinanciamentos/fno/fno-amazonia-sustentavel>> Acesso em: 07 de Set. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Fundos Constitucionais de financiamento 25 anos**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=33eea8db-15a2-4a84-9a19-73713bbe8f53&groupId=1842527> Acesso em: 07 de Set. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Programa do FNO- Fundo de Investimento da Amazônia-FINAM. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/finam-menu>> Acesso em: 07 de Set. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Programa do FNO-Biodiversidade uso alternativo do solo, Disponível:<<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/afinanciamentos/fno/fno-biodiversidade-uso-alt-do-solo>> Acesso em: 07 de Set. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Programa do FNO- Amazônia sustentável Rural. Disponível em:<<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/afinanciamentos/fno/fno-amazonia-sustentavel>>. Acesso em: 08 de Set. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Programa do FNO- BNDES Automático- CP Investimento rural. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/afinanciamentos/bndes/bndes-automatico-cp-investimento-agropecuário>>. Acesso em: 08 de Set. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Programação de aplicação do Recursos 2006. Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=7c793f22-3fc5-431a-9924-d153a33a1a8b&groupId=407753>. Acesso em: 15 de Abr. 2017.

BANCO DA AMAZÔNIA. Programação de aplicação dos Recursos 2007. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3913915/programacao_fno_2007.pdf/937d29e6-81ec-4a69-9bf6-0479c224d1f6>. Acesso em: 09 de Out. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Plano de aplicação dos recursos, 2008. Disponível em:<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=27e9e17b-9832-4f2c-8aa7-1f09919c8c68&groupId=407753>. Acesso em: 09 de Out. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Relatório de Gestão 2009. Disponível em:<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0a6b084f-8c2c-44db-aa59-c799afc19ad1&groupId=407753>. Acesso em: 10 de Out. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Relatório De Gestão, 2010. Disponível em:<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=d476eb29-c2f5-4064-a872-2b0723a916de&groupId=407753>. Acesso em: 10 de Out. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Plano De Aplicação, 2011. Disponível em:<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=d476eb29-c2f5-4064-a872-2b0723a916de&groupId=407753>. Acesso em: 11 de Out. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Relatório Anual, 2012. Disponível em:<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2eff9a62-0f7b-4613-8934-b467dece23c6&groupId=1842527> Acesso em: 11 de Out. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. Plano de Aplicação de Recursos, 2013. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3679234/Relat%C3%B3rio+Anual+do+FNO+Exerc%C3%ADcio+2013+-+Parecer+Conjunto+n%C2%BA+015-2014-SFRI-SUDAM.pdf/97004bb5-52f5-48eb-abfc-5ee8ea0d6289>> Acesso em: 11 de Out. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Plano de Aplicação de Recursos, 2014.** Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=106a28e7-3965-4300-930b-7a9c27ff5630&groupId=407753>. Acesso em: 16 de Abr. 2017.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Plano de Aplicação de Recursos, 2015.** Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3679234/Programacao+FNO+2015.pdf/36066679-ce18-4c99-8f3c-59b5c13a546a>>. Acesso em: 15 de Out. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Plano de aplicação dos recursos para 2016.** Disponível em: http://www.mi.gov.br/documents/10157/3913915/Programa%C3%A7%C3%A3o_FNO_2016+ED+I.pdf/b2e40197-a4d9-4954-ac50-aa1afa664a91>. Acesso em: 12 de Set. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Plano de aplicação dos recursos para 2017.** Disponível em: <http://mi.gov.br/documents/10157/3791747/Plano+FNO+2017_10+-+vers%C3%A3o+final+%28resolu%C3%A7%C3%A3o+4.561+31.3.2017+taxas+n%C3%A3o+rural%29.pdf/89c52261-c57c-41c3-93fc-b529109f796a>. Acesso em: 04 de Maio. 2017.

BANCO DO NORDESTE. **Programa de financiamento às microempresas e empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual.** Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/programa-de-financiamento-as-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-e-ao-empendedor-individual-fne-mpe>>. Acesso em: 16 de Set. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Programa do FNE- programa de apoio ao desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste.** Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/web/guest/programas-segmento-agroindustria-do-nordeste>>. Acesso em: 19 de Out. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Programa do FNE- programa de financiamento a microempresas e empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual.** Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/programa-de-financiamento-as-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-e-ao-empendedor-individual-fne-mpe>> Acesso em: 19 de Out. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Programa do FNE-Programa de financiamento à conservação e controle do meio ambiente.** Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/programa-de-financiamento-a-conservacao-e-controle-do-meio-ambiente-fne-verde>> Acesso em: 17 de Out. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Plano de Aplicação de Recursos de 2006.** Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=5e968b3b-e85b-46dc-9b8d-be5efe381fb7&groupId=407753>. Acesso em: 16 de Abr. 2017.

BANCO DO NORDESTE. **Plano de Aplicação de Recursos de 2007.** Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ca06460d-dd3d-4edc-888a-6dac47256ab9&groupId=407753>. Acesso em: 16 de Abr. 2017.

BANCO DO NORDESTE. **Plano de Aplicação de Recursos de 2008.** Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=c886a3f9-f0a5-41f4-be3e-34d644e6788e&groupId=407753>. Acesso em: 20 de Out. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Relatório de Gestão de 2009**. Disponível em:
<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=53b7b244-1274-4269-8850-b9fc4bf60c40&groupId=407753>. Acesso em: 20 de Out. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Relatório de Gestão de 2010**. Disponível em:
<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=d90ed416-3b49-4a6f-9c72-ae02e93e958e&groupId=407753>. Acesso em: 21 de Out. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Plano de Aplicação de Recursos de 2011**. Disponível em:
<http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=f471f168-8d76-44e9-afc8-985b084eeaf2&groupId=407753>. Acesso em: 19 de Abr. 2017.

BANCO DO NORDESTE. **Relatório de Gestão de 2012**. Disponível em:
<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=a97bd81c-c17a-465a-806d-f1ac2eb73200&groupId=1842527>. Acesso em: 23 de Out. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Relatório de Gestão de 2013**. Disponível em:
<<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3679238/Parecer+Rel+FNE+2013-Final.pdf/d9c5d40c-9ba4-4b08-a3b5-52edb4ea7b95>>. Acesso em: 23 de Out. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Plano de Aplicação de Recursos 2014**. Disponível em:
<<http://mi.gov.br/documents/10157/3679238/Programa%C3%A7%C3%A3o+2014+-+REPROG..pdf/04e6f89c-82bb-4b8d-b2ad-09a7d5a35b3c>>. Acesso em: 05 de Maio. 2017.

BANCO DO NORDESTE. **Parecer sobre o Relatório de Resultados e Impactos, 2015**. Disponível em:
<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3803295/Reprograma%C3%A7%C3%A3o+FNE+2015_Out-2015+NOVO+21.12.2015.pdf/ec272b8c-d751-4955-ad0a-bbbb699d5bd9>. Acesso em: 24 de Out. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Plano de aplicação dos recursos para 2016**. Disponível em:
<http://www.bnb.gov.br/documents/80786/208762/programacao_fne_2016.pdf/f8a040f3-390a-464e-94e5-0a6cda34af9f>. Acesso em: 20 de Set. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Plano de aplicação dos recursos para 2017**. Disponível em:
<http://mi.gov.br/documents/10157/3679238/PROGRAMA%C3%87%C3%83O+FNE+2017_ABRIL.PDF/253892b7-3ccf-47b7-8639-24a11578d95e>. Acesso em: 07 de Maio. 2017.

BANCO DO BRASIL. **Programa FCO Empresarial**. Disponível em:
<http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/corporate/produtos-e-servicos/credito/financiar-um-investimento/fcoempresarial#>. Acesso em: 25 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Programa de Apoio ao FCO empresarial de apoio aos EI e as MPE**. Disponível em:
<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3803295/Programa%C3%A7%C3%A3o_FCO+2016+16022016.pdf/5203541a-fe97-497d-9682-5505ab8b5c24>. Acesso em: 25 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Programa FCO Rural**. Disponível em:
<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3803295/Programa%C3%A7%C3%A3o_FCO+2016+16022016.pdf/5203541a-fe97-497d-9682-5505ab8b5c24>. Acesso em: 25 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Gestão FCO, 2006.** Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=44869266-cbae-4ad7-bee1-f1ada5cbaa3d&groupId=407753>. Acesso em: 20 de Abr. 2017.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Gestão FCO, 2007.** Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=8c4033c2-16bf-4566-bdae-224e886384a2&groupId=407753>. Acesso em: 20 de Abr. 2017.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Gestão FCO, 2008.** Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=7a230c8c-5a33-449e-92c5-1f59dd978046&groupId=407753>. Acesso em: 20 de Abr. 2017.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Gestão FCO, 2009.** Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3679230/Relat%C3%B3rio+Gest%C3%A3o+do+FCO_2009+SDR-SCO+21.06.2010.pdf/6f59353b-ad30-4bfa-a29a-5c97ea7e09d9> Acesso em: 25 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Gestão FCO, 2010.** Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3679230/Parecer-Conjunto_n.%C2%BA_19-SFRI-SUDECO_Relat%C3%B3rio_de_Gestao_Exerc%C3%ADcio_de_2010_V._Final.pdf/43eac4c2-ff71-4104-b19f-2a469f8c6237>. Acesso em: 25 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Gestão FCO, 2011.** Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3679230/FCO++Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o++2011.pdf/6dfab526-7301-43b8-b35b-d1bad368d8a8>>. Acesso em: 25 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Gestão FCO, 2012.** Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3679230/Parecer-Conjunto+n.%C2%B0+25-SFRI-SUDECO++Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o_Exerc%C3%ADcio+de+2012_digitaliza.do.pdf/33f8e4b4-0f8e-4afb-9559-1dc4536d1532>. Acesso em: 25 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Gestão FCO, 2013.** Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3679230/Parecer+Conjunto+n.%C2%BA+28-SFRI-SUDECO++FCO-2013.pdf/058d1b63-cad3-4ffe-a502-7844a5bd1232>>. Acesso em: 26 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Gestão FCO, 2014.** Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/documents/10157/183a729b-ddb8-4c47-ab96-68c50e829472>> Acesso em: 26 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Parecer CONDEL/ SUDECO FCO, 2015.** Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/documents/10157/4ba50f25-a386-4035-abb6-805f1b043912>>. Acesso em: 26 de Out. 2016.

BANCO DO BRASIL. **Plano de Aplicação dos Recursos para 2016.** Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/documents/10157/d11e712b-8c50-4ec7-aab9-09a93066f526>> Acesso em: 25 de Set. 2016

BANCO DO BRASIL. **Plano de Aplicação dos Recursos para 2017**. Disponível em: <http://mi.gov.br/documents/10157/3811219/Programa%C3%A7%C3%A3o_2017+1%C2%AA+Edi%C3%A7%C3%A3o+-+Abril_2017+-+Atualizada+-+17Abril17.pdf/cde78762-c3b3-4f72-9ab3-0575be05b2c3> acesso em: 07 de Maio. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Lei 7.827 de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827.htm>. Acesso: 26 de Set. 2016.

BRASIL. **Programas de Governo**. Disponível em: <<http://www.programadogoverno.org/>> Acesso em: 01 de Nov.2016.

CINTRA, M. A.M, 2007. **Credito direcionado e desenvolvimento econômica no Brasil: o papel dos fundos públicos**. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/pesquisa-2006-2007/SubprojetoIXRelat1BNDES.pdf>>. Acesso em: 20 de Set. 2016.

MACEDO, F. C; MATTOS, E. N. **O papel dos fundos constitucionais de financiamento no desenvolvimento regional brasileiro 2008**. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2181/2575>>. Acesso em: 28 de Out. 2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Fundos Constitucionais**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/fundos-constitucionais-de-financiamento>>. Acesso em: 28 de Out. 2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **20 anos dos fundos constitucionais de financiamento, desempenho operacional, 2009**. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/documents/10157/11e44348-1b84-4d1a-bda0-6cb2116add16>> Acesso em: 25 de Out. 2016.

SILVA NETO, R. DA M.; RESENDE, G. M. SILVA, A.M. A 2007. **A Eficácia do gasto público: uma avaliação do FNE, FNO E FCO**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n1/v39n1a04>> Acesso: 25 de set. 2016.

SEFRI - Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais. **Fundos regionais e incentivos fiscais: Contribuem para redução das desigualdades regionais e ajudam o Brasil a crescer. 2012**. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/documents/10157/796c8b41-7e41-4ab0-bed5-012327b835ec>>. Acesso em: 19 de Set. 2016.

SUA PESQUISA. **Economia do Norte**. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/economia/economia_norte.htm>. Acesso em: 09 de Jun. 2017.

SUA PESQUISA. **Economia do Nordeste**. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/economia/economia_nordeste.htm>. Acesso em: 09 de Jun. 2017.

SUA PESQUISA. **Economia do Centro-Oeste**. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/economia/economia_centro_oeste.htm> acesso em: 09 de Jun. 2017.

WIKIPÉDIA. **Problemas sociais da Região Nordeste do Brasil.** Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Problemas_sociais_da_regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil>.
Acesso em: 10 de Jun.2017.

Apêndice I – Formulário

Dados a serem coletados dos Relatórios de Gestão do Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste dos anos de 2006 a 2016.

1. Qual a região que teve maior desenvolvimento com a destinação dos recursos provenientes dos fundos constitucionais no período de 2006 a 2016.
2. Quais setores da economia foram mais beneficiados pelos programas dos fundos constitucionais?
3. Quais os tipos de programas implantados pelos fundos constitucionais em cada uma das regiões objeto do estudo.
4. Quais os critérios de seleção quanto ao perfil dos beneficiários pelos programas dos fundos constitucionais?
5. A evolução dos fundos constitucionais de financiamento foi significativa até o último ano a ser analisado.
6. Como é feita a distribuição dos recursos em cada região?
7. Qual mudança obtiveram essas regiões depois da criação dos fundos constitucionais?